

# Política

CRISE

Os defensores do parlamentarismo já coletaram mais de 150 assinaturas no PMDB para que Ulysses Guimarães passe a apoiá-los. Para o mandato, a tendência é quatro anos. Mas os presidencialistas contra-atacam.

## Parlamentarismo: semana decisiva.

O governador baiano Waldir Pires só tinha um gesto para cumprimentar de longe, ontem, ao circular em Brasília: encolher o polegar e mostrar os outros quatro dedos da mão, apontando sua preferência quanto à duração do mandato de José Sarney. Essa campanha, capaz de apaixonar muitos políticos, conseguiu intimidar o governador mineiro Newton Cardoso, antes tão firme na defesa dos cinco anos: provocado e se manifestar como Pires, Newton fechou a mão e a escondeu no bolso.

Agora será o confronto: esta semana deverão ser votados o sistema de governo e a duração do mandato de Sarney — e os presidencialistas, em aparente minoria, não vão dar sossego aos parlamentaristas. Para acossar os adversários, os presidencialistas vão querer forçá-los a assumir publicamente a responsabilidade pela adoção do sistema "sem referendo popular e sem casuísmo".

— Vamos partir para a ofensiva — proclamou o deputado petista José Genoíno.

Na contra-ofensiva, os parlamentaristas entregam hoje ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, um abaixo-assinado solicitando que ele deixe de lado a tese presidencialista e passe a defender o sistema de gabinete. O manifesto, coordenado pelo deputado Vildásio de Senna (PMDB-BA), havia recebido até ontem à noite 150 das 303 assinaturas peemedebistas. Senna quer entregá-lo com 250 assinaturas, faltando assim apenas mais 30, em outros partidos, para garantir a adoção do parlamentarismo.

Segundo as contas da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que há três meses vem trabalhando pelo parlamentarismo e pesquisando tendências, a tese já tem mais de 300 adesões.

### Preocupações

Para tentar deter o parlamentarismo, os presidencialistas se reúnem hoje às 14 horas no gabinete do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, para elaborar uma emenda única, a partir da fusão de todas as já apresentadas, procurando o consenso e atrair os que aceitam o presidencialismo "mitigado".

Outra proposta que está sendo estudada é a adoção do presidencialismo só para os sucessores de Sarney, dotando o atual presidente de mandato de cinco anos. Esse entendimento também teria o "sinal verde" de Ulysses Guimarães para ser tentado.

### Estratégia

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, que é parlamentarista, acha que uma vez definido esse sistema para adoção somente com o sucessor de Sarney, haveria melhores condições e menos tumulto para o exame do tempo de mandato. "Todos já saberiam que, com quatro, cinco ou seis anos a Sarney, o parlamentarismo não seria adotado neste governo, só no próximo".

Ele reconhece, porém, que a tendência majoritária no PMDB é pelo mandato de quatro anos. Quanto ao sistema de governo, pensa que ainda não há definição. Informou que o presidencialismo poderá ser aprovado se contar com o apoio de, pelo menos, um terço do PMDB — 100 votos. Na sua avaliação, o presidencialismo conta, no momento, com 180 votos a favor — no total de 559 — assim distribuídos — 90 a 100 no PFL; 15 a 20 no PDS; 10 a 15 no PTB; 10 no PL e PDC, e 40 no PDT e PT.

Há preocupação na Constituinte com a possível aprovação de eleições em 88 e do parlamentarismo. "Seria uma afronta ao presidente Sarney, uma reação de caráter político, para afastar um presidente que não está agradando, criando um grave precedente" — admitiu um dirigente do PMDB.

Dai os entendimentos para tentar aprovar o parlamentarismo, com eleições presidenciais somente em 89. Parlamentares que têm mantido contato freqüente com Ulysses Guimarães informaram que o presidente do partido está desestimulando as conversas neste sentido, mesmo reconhecendo que em 89 ele teria outros concorrentes pela frente.

### Consenso

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) propôs, ontem, a retirada da pauta de votação das emendas presidencialista, do senador Humberto Lucena (PB), e parlamentarista, do deputado Egidio Ferreira Lima (PE), ambos do PMDB, para que, através da negociação entre os vários partidos, se estabeleça uma terceira emenda de consenso capaz de conseguir o apoio de mais de dois terços dos constituintes.

Convencido desde a reunião de domingo, na casa de Ulysses Guimarães, que o sistema parlamentarista de governo tem maioria de votos dentro do PMDB e da Constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima disse que não vai "remar contra a maré", embora considere que o sistema parlamentarista, pela responsabilidade da mudança que implica, não pode ser implantado por uma escassa maioria absoluta nem pode representar uma posição sectária de uma facção.

Maurílio Ferreira Lima, desde ontem pela manhã, está procurando as principais lideranças do seu partido com duas posições que, segundo ele, vêm sendo bem recebidas: a de que o parlamentarismo não deverá ser implantado durante o resto de mandato do presidente José Sarney, porque representaria um desgaste para o Parlamento e um asoberbamento da crise política, e que um novo caráter deve ser dado à figura do primeiro-ministro.

A semelhança do sistema parlamentarista europeu, Maurílio Ferreira Lima sugere que o primeiro-ministro deve ter seu nome vinculado à campanha eleitoral do presidente da República, ou seja: o presidente, na campanha, informará ao eleitorado que, se eleito e o seu partido obtiver maioria das cadeiras do Parlamento, aquele será o seu primeiro-ministro.

Maurílio Ferreira Lima entende que a emenda do parlamentarismo, à qual se rendeu pelas evidências de que é maioria, deve ser revista para representar mais uma posição de consenso, inclusive para atender as posições divergentes dentro dos partidos políticos.

Na reunião de hoje dos presidencialistas, que vão procurar estudar todas as possibilidades que o grupo tem para lutar em plenário, Maurílio Ferreira Lima não mais participará, mas irá comunicar a um dos principais líderes do movimento presidencialista, o senador Marco Maciel (PFL-PE), a sua nova posição pró-parlamentarista.



Pires: em campanha.



Cardoso: mão fechada.

## Thales: enfim, um profissional no governo.

O ministro Thales Ramalho entregou ontem ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, seu pedido de aposentadoria do Tribunal de Contas da União, último empecilho a impedir que tome posse em seu novo cargo de assessor político especial do presidente Sarney, o que deve ocorrer até quinta-feira.



Thales, que foi o principal auxiliar de Tancredo Neves na criação do Partido Popular, e que depois acabou dando assessoria política para o ex-presidente Figueiredo, no PDS,

prometeu uma longa entrevista para o dia da posse. Aliados do governo como o presidente do PFL, Marco Maciel, exultaram com sua nomeação: "O papel dele vai ser mais importante do que se pensa porque o presidente Sarney está muito só em matéria de coordenação política". Agora, Sarney terá ajuda profissional. "A escolha foi muito boa — concluiu Maciel — pois não lhe faltam engenho e arte. Espero que ele agora possa ajudar o País no Executivo, ele que sempre foi do Legislativo e da negociação, do convencimento."